



Organização das Nações Unidas
para a Alimentação
e a Agricultura



Ministério
de Desenvolvimento Rural



Ministério
de SAÚDE



Organização Mundial
da Saúde
Cabo Verde



*Elaboração: Marie Isabelle M. Rocha (FAO); Monica Amarise
A.Gomes (MDR); Roseline Veiga (MDR)*

12/1/2015

ATELIER – INICIATIVA GLOBAL - CONSUMO DE FRUTAS E LEGUMES PARA UMA MELHOR SAÚDE

CONTEXTUALIZAÇÃO DO ATELIER

A promoção do consumo de frutas e legumes tornou-se uma prioridade na saúde pública em vários países, Cabo Verde não sendo uma excepção à regra. As evidências têm mostrado que o consumo nacional de frutas e legumes tem sido aquém do recomendado pela Organização Mundial da Saúde, que é o equivalente a 400 gramas diárias de frutas e legumes (5 porções/dia).

No entanto, é sabido que o consumo adequado de frutas e legumes reduz riscos de Doenças Crónicas Não Transmissíveis, nomeadamente diabetes do tipo II, o cancro, as doenças cardiovasculares, e a obesidade. Pois estima-se que o baixo consumo de frutas e legumes é a causa de cerca de 2,7 milhões de óbitos a cada ano e está entre os 10 maiores factores de risco que contribuem para a mortalidade “segundo o World Health Report 2002 da OMS”.

Existe um desafio global que é ainda maior para um país insular como Cabo Verde, em que as suas características próprias, tais como entre outras as ligações entre ilhas que ainda são deficitárias e a própria cultura do Cabo-verdiano cuja alimentação está principalmente a base de cereais, carne e peixe, que exige uma mudança comportamental.

O Atelier decorreu nos dias 16, 17, 18 e 19 de Novembro de 2015, na Cidade da Praia, na Sala de conferência do hotel Praia-Mar. No total, participaram cerca de 78 pessoas, entre participantes de Instituições governamentais (Ministérios da Saúde, Agricultura e Desenvolvimento Rural), oficialmente nomeados para participarem, observadores como a Guine Equatorial, Moçambique, São Tomé e Príncipe e elementos da Organização.

O mesmo resultou das recomendações do último workshop em Lisboa onde foi discutido a possibilidade de implementar o “*Guia de Orientação OMS/FAO para a Promoção de Hortofrutícolas ao Nível Nacional*” e desenvolver planos de acção específicos para a sua implementação. Foi organizado em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Rural, o Ministério da Saúde, a FAO e OMS e contou com a



participação de especialistas da nutrição, da saúde e da agricultura, e de representantes dos Escritórios da Sede e Regional da FAO.

O objectivo global é partilhar conhecimentos e experiências entre os diferentes participantes de estruturas centrais e descentralizadas dos Ministérios representados dos diferentes países irmãos, assim como promover e sensibilizar para o consumo diário de frutas e vegetais, em quantidade, qualidade, e diversificado, para uma melhor saúde e delinear o tal plano de acção.

O relatório a seguir é referente aos quatro dias de trabalho do Atelier e do terreno, e inclui sumários das apresentações feitas, resumos das discussões dos grupos de trabalho, conclusões e recomendações dos participantes do Atelier.



CONTEÚDOS

CONTEXTUALIZAÇÃO DO ATELIER	1-2
LISTA DOS ACRÓNIMOS	4-5
I. CERIMONIA DE ABERTURA.....	6
II. APRESENTAÇÕES GERAIS	7
2.1 <i>Promovendo a Saúde através da Horticultura</i>	7-9
2.2 <i>Importância das frutas e legumes na Saúde Pública.....</i>	9-11
2.3 <i>Melhoria das fileiras agrícolas – Políticas e estratégias:Produção/Consumo</i>	11-13
2.4 <i>O consumo de frutas e legumes em Cabo Verde/Desafios e perspectivas</i>	13-14
2.5 <i>Contributo do sector hortofrutícola na melhoria da nutrição</i>	14-16
2.6 <i>Estudo Resíduos de pesticidas nos produtos alimentares.....</i>	16-18
2.7 <i>Papel da Alimentação Escolar na promoção do consumo de frutas e legumes.....</i>	18-20
III. APRESENTAÇÕES DAS ILHAS.....	20
3.1 <i>Ilha do Maio</i>	20-21
3.2 <i>Ilha de Santiago – Concelhos de Tarrafal e São Miguel.....</i>	21-22
3.3 <i>Ilha do Fogo</i>	22-23
3.4 <i>Ilha da Brava</i>	23-24
3.5 <i>Ilha de Santo Santão.....</i>	24-25
3.6 <i>Ilha de São Vicente.....</i>	25-26
3.7 <i>Ilha de São Nicolau</i>	26-27
3.8 <i>Ilha de Boa Vista</i>	27
IV. TRABALHOS DE GRUPOS	27
4.1 <i>Conclusões do Grupo – Ambiente político e Estratégias</i>	28-29
4.2 <i>Conclusão do Grupo – Desafios do Aumento da Produção e Consumo de frutas e legumes.....</i>	29-30
V. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES.....	30
5.1 <i>Conclusões.....</i>	30-33
5.2 <i>Recomendações</i>	33
ANEXOS	34
<i>Lista dos Participantes</i>	34-37
<i>Link das Fotos do Atelier.....</i>	37



LISTA DE ACRÓNIMOS

AGPM - Agriculture and Consumer Protection Department

ARFA - Agência de Regulação e Supervisão dos Produtos Farmacêuticos e Alimentares

BPA - Boas Práticas Agrícolas

CPLP - Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

CS - Centro de Saúde

CPAC - Conservative Political Action Conference

CEMAC - Comunidade Económica e Monetária da África Central

DNT - Doenças Não Transmissíveis

DCNT - Doenças Crónicas Não Transmissíveis

DDT - Diclorodifeniltricloroetano

DECRP III - Documento Estratégico de Crescimento e Redução da Pobreza

DGADR - Direcção Gral de Agricultura e Desenvolvimento Rural

FAO - Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura

FAOSTAT - Base de Dados Estatísticos da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura

FICASE - A Fundação Cabo-verdiana de Acção Social e Escolar

GM - Gabinete do Ministro

IMC - Cálculo da massa corporal

INDT - Instituto Nacional de Desenvolvimento Tecnológico

INPHARMA - Industria Farmacêutica

INIDA - Instituto Nacional de Investigação e Desenvolvimento Agrário

IPM - Gestão Integrada de Pragas

INE - Instituto Nacional de Estatística



INSP - Instituto Nacional de Saúde Pública

KM - Quilómetros

LMR - Limite Máximo de Resíduos

MED - Ministério da Educação e Desporto

MDR - Ministério do Desenvolvimento Rural

MS - Ministério da Saúde

OMS - Organização Mundial da Saúde

ONG - Organização Não Governamental

PAM - Programa Alimentar Mundial

PEDA - Plano Estratégico para o Desenvolvimento da Agricultura e Pescas

PNIA - Nacional de Investimento na Agricultura

PESAN – Plano Estratégico de Segurança Alimentar e Nutricional

PNDS - Plano Nacional do Desenvolvimento Sanitário

PNAN - Programa Nacional Alimentar e Nutricional

PNAE - Plano Nacional Alimentação Escolar

RG- Ribeira Grande

TON- Toneladas

WHO – World Health Organization – Organização Mundial da Saúde



I. CERIMONIA DE ABERTURA

A Ministra do Desenvolvimento Rural, Eva Ortet e o Representante da FAO em Cabo Verde, Remi Nono Wondim presidiram a sessão de abertura do Atelier. Nas suas respectivas intervenções, colocaram a problemática de baixo e insuficiente consumo de frutas e legumes em África, facto atribuído aos constrangimentos encontrados na produção, distribuição, processamento, hábitos culturais, e baixo poder aquisitivo, e no caso particular de Cabo Verde, entre outros factores, o mercado interno altamente dependente das importações e a produção agrícola muito limitada devido à pequena área de terra de vocação agrícola e às precipitações irregulares. Neste sentido, ficou assente a necessidade de se criar um instrumento adaptado às necessidades dos atores locais.

A cerimónia seguiu o seu curso com a intervenção da OMS que foi representada pela Yolanda Estrela, que salientou que os Estados membros da OMS pediram para elaborar a Estratégia Mundial num contexto crescente das Doenças Crónicas Não Transmissíveis, que apresentam 60% de óbitos a nível mundial.

Nesta estratégia será apresentada um conjunto de medidas a serem tomadas pelos Estados Membros, pela comunidade internacional e todos os intervenientes no domínio de actividades cívicas. Se referiu também à elaboração de um Guia de Orientações para que os países poderem definir os seus planos de acção a nível nacional.

Por sua vez, a Presidente do Instituto Nacional de Saúde Pública, Joana Alves, complementou na sua intervenção, que uma dieta rica em frutas e legumes pode reduzir o risco de muitas causas de morte. Que este atelier vem complementar outros que têm sido organizados, e que vem também na sequência de vários outros temas que foram abordados, tais como: a segurança dos alimentos, do campo à mesa, uma dieta saudável para a prevenção de diabetes, entre outros.

Assegurou que com este atelier, em conjunto com todos os participantes, iremos contribuir para a promoção do consumo de frutas e legumes, que em Cabo Verde como mundialmente é muito baixo, e que tem-se mostrado excesso de peso e obesidade, particularmente a nível das mulheres. Frisou que é bom que promovemos o consumo de frutas e legumes, menos consumo de refrigerantes, de doces e de lípidos, principalmente de lípidos saturados e alimentos confeccionados industrialmente, onde incorporam vários elementos não saudáveis. Disse ainda que a segurança alimentar é uma responsabilidade partilhada com diferentes actores.



II. APRESENTAÇÕES GERAIS

2.1 Promovendo a Saúde através da Horticultura

Eng^a. Makiko Taguchi – FAO Roma

A FAO e a OMS estão a trabalhar conjuntamente para a promoção do consumo de frutas e legumes para uma boa saúde através da horticultura. Como sabemos frutas e legumes são uma excelente fonte de vitaminas, minerais (A, folato, C, E, potássio), fibras, e proteína vegetal. O objectivo é para que cada pessoa consuma diariamente pelo menos 400 gramas de frutas e legumes, que equivalem a 5 porções por dia segundo o relatório da FAO/OMS de 2003 e 600 gramas de legumes e frutas não-amiláceos por dia, segundo o World Cancer Research Fund/ American Institute for Cancer Research.

Depare-se com um novo desafio nas Doenças Não Transmissíveis (DNT) relacionadas com a dieta, tais como as doenças cardíacas, o derrame, o câncer, a diabete que já não estão limitados somente a países ricos, mais ao mundo inteiro, incluindo Cabo Verde, e o maior numero de mortes prematuras ocorrem em países de rendimento médio e baixo. Uma outra realidade é a deficiência em Vitamina A nas crianças de menos de 5 anos de idade e nas grávidas. Os dados encontrados em Cabo Verde neste domínio precisam ser actualizados. Ficou bem claro que a mudança de hábitos alimentares foi uma das causas do excesso de peso e das DNT em Cabo Verde.

Apresentou alguns dados sobre as Doenças Não Transmissíveis em Cabo Verde que apontam o seguinte: a obesidade (IMC \geq 30) na taxa de incidência da população adulta [11% em 2010 e 13% em 2014]; a prevalência de adultos com excesso de peso (IMC \geq 30) [30,3% em 2010 e 36,9% em 2014]; a glicose elevada no sangue [9,2% em 2010 e 9,8% em 2014]; a prevalência de pressão arterial elevada [32,5% em 2010 e 27,1% em 2014]; e a prevalência de diabetes [9,8% em 2014].

Tratando-se dos dados sobre o abastecimento/produção em Cabo Verde, os dados estatísticos da FAO em 2011 apresentam uma média em gramas/capita/dia de frutas e legumes de 228.78 e 200.88 respectivamente, mas o problema com estes dados é que o abastecimento não significa o consumo, por isso deve-se ter o cuidado com a generalização na interpretação dos dados para mapear o abastecimento de frutas e legumes e a disponibilidade a nível nacional que são, na melhor e na pior das hipóteses, não muito confiável. Depare-se também que dados a nível local são indisponíveis porque a grande parte da produção e do consumo é efectivamente invisível - essas lacunas de dados sobre o abastecimento e o consumo precisam ser preenchidos e mais detalhados.

Em Cabo Verde, para caracterizar e resolver o défice do abastecimento e do consumo, deve-se compreender os padrões atuais do consumo e os factores causadores e motivacionais da mudança dos hábitos alimentares, porque são essenciais em qualquer campanha nacional para a promoção do consumo de frutas e legumes, e



para o caso de Cabo Verde, deve-se ter em consideração a especificidade de cada ilha. A chave neste ponto é abordar os défices da oferta e da demanda simultaneamente, para promover o maior consumo de frutas e legumes. Em Cabo Verde, o problema não se põe a nível do abastecimento mas sim a nível do acesso, por isso deve-se trabalhar conjuntamente, através de campanhas coordenadas que implicam os parceiros da saúde, da educação, da agricultura e outros.

O desafio no reforço do consumo de Frutas e Legumes passa pela educação nutricional – aumento da consciência pública sobre a sua importância numa alimentação saudável - esforços para influenciar o comportamento do seu consumo, particularmente nas mulheres e crianças em idade escolar – demonstrar o risco do baixo consumo de frutas e legumes em quantidade e / ou diversidade que precisam ser compreendidas e tratadas.

No que concerne o apoio para o bom funcionamento da alimentação escolar, precisam-se: de políticas para a sua implementação; de formação não só para os professores, mas também para todas as pessoas implicadas no processo; de programas para implementar a estratégia nacional; e de um seguimento e avaliação.

A FAO e OMS trabalham num Programa de frutas e legumes para uma boa saúde a mais de 10 anos, através de mensagens simples para o aumento do consumo de frutas e legumes desejáveis dentro do contexto para assegurar um melhor padrão alimentar geral; a meta é uma ingestão diária de 400g per capita de uma variedade de frutas e legumes. Para o caso de Cabo Verde como dito adiante, o estudo não está actualizado, mas nos outros países por exemplo, há um trabalho a se fazer para atingir essa meta. O papel de frutas e legumes nas dietas é muito relevante, quer para a prevenção da deficiência de micronutrientes (relacionado com a desnutrição) ou na prevenção de Doenças Não Transmissíveis.

No contexto da promoção de frutas e legumes a partir da horticultura, temos um alto valor acrescentado e um motor eficaz para a redução da pobreza, porque cria-se oportunidades de emprego e o aumento da produção. A criação de um ambiente político favorável é importante, porque não é só como as pessoas vão ter acesso as frutas e legumes, mas vai-se criar oportunidades de empregos para os pequenos agricultores, produtores etc..

Tendo em conta as pressões para aumentar o abastecimento/oferta, temos que dar uma especial atenção à segurança dos alimentos; melhorar o acesso que beneficia os pobres e não apenas os ricos; ter um sistema de produção sustentável; abordar as questões de melhoria da eficiência em ambas as configurações de produção rural e urbana/periurbana; conseguir ter uma disponibilidade durante todo o ano de uma variedade de frutas e legumes, Cabo Verde tem uma potencialidade de produção mas coloca-se o problema de água que pode ser discutido conjuntamente; ter boas ligações de mercado, e reduzir o risco de excesso de produção.



Para melhorar o abastecimento, é necessário uma "revolução na horticultura", tendo Boas Práticas Agrícolas para uma produção segura e de qualidade de frutas e legumes frescos; Construção de sistemas de produção mais resilientes e cadeias de valor para uma disponibilidade e acesso durante todo o ano; Elaboração de planos estratégicos nacionais para o desenvolvimento sustentável duma agricultura de pequena escala e uma horticultura intensiva; Criação de associações de produtores independentes activas para reforçar o papel dos agricultores na tomada de decisão; ter ferramentas de apoio à informação/decisão, como por exemplo o banco de dados “Hortivar”.

O “Quadro de Kobe” (2004: Kobe Joint FAO-WHO Workshop) que visa promover e apoiar o sector das frutas e legumes do campo à mesa, capitalizando-se sobre programas e projectos já em andamento, juntou a FAO e a OMS para verem qual seria a melhor abordagem para a promoção da produção e do consumo de frutas e legumes, para a saúde, que ajudará a prevenir as Doenças Crónicas e as deficiências nutricionais; e para a promoção do avanço da ciência e dos conhecimentos no domínio da produção, distribuição, consumo e benefícios de frutas e legumes para a saúde.

Para alcançar os objectivos, devem existir elementos estratégicos para a promoção de frutas e legumes, como uma governança inclusiva onde os sectores da Agricultura, da Saúde, da Educação, do sector privado e a sociedade civil se reúnem. Em Cabo Verde existe agora o Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional, onde a sociedade civil deve integrar-se. Um outro elemento importante é o acompanhamento do abastecimento e consumo de frutas e legumes, através de um sistema de seguimento e avaliação, que infelizmente não existe ainda em Cabo Verde e a identificação dos grupos de risco, e delinear programas integrados, aproveitando das iniciativas já em curso no domínio da alimentação escolar, da horticultura, da nutrição e da saúde pública.

No que concerne as parcerias, a chave é que deve-se trabalhar conjuntamente com os Ministérios implicados, as organizações internacionais, o sector privado e a sociedade civil, para se alcançar os objectivos.

As Metas e objetivos globais deste workshop é de trabalhar em conjunto, para fortalecer a colaboração multisectorial entre países de língua portuguesa na África Subsaariana para promover a produção e o consumo de frutas e legumes na Região.

2.2 Importância das frutas e legumes na Saúde Pública

Dr.ª Yolanda Estrela – OMS Cabo Verde

As evidências mostram o crescimento das Doenças Crónicas Não Transmissíveis (DCNT) na morbilidade e mortalidade a nível mundial.



A Agencia Internacional de Investigação para o cancro, concluiu que o consumo de hortícolas pode reduzir o risco de aparecimento de diversas Doenças Não Transmissíveis (DNT), tais como as doenças cardiovasculares, diabetes do tipo 2 e determinados tipos de cancro.

O relatório mundial (OMS) de 2002, mostra a problemática das doenças não transmissíveis e seus factores de risco, nomeadamente o consumo de hortofrutícolas. A nível global, identificou-se um baixo consumo de frutas e legumes e isso é um importante factor de risco para o aparecimento de doenças e morte prematura.

Estima-se que o reduzido consumo de hortofrutícolas seja responsável por cerca de 19% dos cancros gastrointestinais, 31% da doença cardiovascular isquémico e por 11% dos enfartes do miocárdio, e que potencialmente, mais de 2,7 milhões de vidas podiam ser salvas todos os anos, se cada pessoa consumisse quantidades adequadas de frutas e legumes.

Cerca de 60% dos óbitos no mundo são devidos às doenças não transmissíveis e para isso há factores de risco (sedentarismo, excesso de peso, alto colesterol, etc.), entre eles, esta também o baixo consumo de frutas e legumes. Esses estão entre os 10 factores de risco de mortalidade por Doenças Não Transmissíveis (DNT). Há que ter um equilíbrio no consumo de frutas e legumes. Cada um tem seu efeito na saúde. Há problemas de segurança alimentar associados ao consumo de frutas e legumes que podem ser identificados na cadeia de produção até à mesa.

Deve-se promover o consumo, mas também, que haja medidas para assegurar a segurança dos alimentos (frutas e legumes). E para isso, é essencial promover para que todos os intervenientes tenham uma responsabilidade partilhada, desde o governo, produtores e agricultores, mas também dos consumidores.

A OMS no seu trabalho para promover o consumo de frutas e legumes, publicou as 5 praticas-chaves para a sua segurança, nomeadamente, a boa higiene pessoal, o uso de água segura para a irrigação, a protecção dos campos de contaminação fecal dos animais, incluindo aves, o uso do estrume tratado como também manter o equipamento de colheita, contentores e instalação de armazenamento limpos e secos.

Falou da Estratégia Global de Alimentação, actividade Física e saúde, onde a promoção do consumo de frutas e legumes está também integrado como um pilar da estratégia global de alimentação.

É necessário analisar as diferentes problemáticas tanto na produção como também referente ao consumo (disponibilidade, acessibilidade, poder de compra, aceitação cultural, equidade e desigualdade sociais, entre outros). É fundamental identificar todos os intervenientes interessados, definir a equipa e ter um plano de monitorização, avaliação do processo, e impacto das actividades desenvolvidas e implementadas.



E para finalizar apresentou o papel da OMS, que é fornecer informações científicas a nível mundial, mas também a nível nacional em relação ao consumo de frutas e legumes. A OMS fornece também instrumentos e modelos para promoção de frutas e legumes, especialmente nos países em desenvolvimento, incluindo a avaliação no âmbito de programas de controlo de doenças ou factores de risco e fazer a ponte entre os sectores da saúde e de horticultura colaborando com a FAO, e estimular a colaboração a nível nacional.

2.3. Melhoria das fileiras agrícolas – Políticas e estratégias: Produção/ Consumo

Engº Inussa BARI – Agroeconomista - Ministério do Desenvolvimento Rural

A sua apresentação incidiu sobre as políticas estratégicas e o consumo de frutas e legumes. As políticas determinam aquilo que é produzido e consumido.

Falando da disponibilidade tem que se falar das políticas e estratégias, incidindo sobre o aspecto da produção e consumo.

Durante todos esses anos, houve uma forte intervenção do governo na área do desenvolvimento rural. Permitiu-se resultados visíveis no ponto de vista da produção. Como prioridade da agenda do governo 2011-2016, o sector da agricultura foi tido como sector chave para o alcance duma visão e produção inclusiva para todos. No aspecto conceptual, quando falamos de frutas e legumes, consideramos só os produtos in natura ou consideramos os sucos naturais? E referente às raízes e tubérculos?

Como medir o consumo de frutas e legumes?

Do ponto de vista analítico, há duas abordagens essenciais: macroeconómico, através do balanço de aprovisionamento e dos balanços alimentares e nutricionais por categoria de produtos e através de uma abordagem microeconómica, que se alicerça através de inquéritos específicos, que permitem ter informações mais detalhadas sobre o consumo a nível dos agregados familiares (características dos agregados familiares, os seus rendimentos, as despesas e as quantidades consumidas por categoria de produtos, etc).

Na produção Interna, devido aos resultados obtidos com a política estratégico conseguiu-se um aumento considerável da produção de legumes, raízes e tubérculos e frutas. Uma média de 49.112 toneladas, atingindo 56.238 toneladas em 2012. Na produção de legumes e frutas, uma média de produção de 13.384 toneladas. Um aumento de 53,9% em 2012 em relação a 2007.

Com o aumento da produção viu-se uma redução da importação de legumes. De uma maneira geral, o país importou uma média anual, entre 2007 e 2012, 4.787 toneladas de legumes, e 5.242 toneladas de frutas. No mesmo período, verificou-se uma redução da importação na ordem de 46,9% para os legumes e um aumento da importação de frutas de 16,5%.



De acordo com os dados disponíveis por habitante, tem estado a aumentar, tanto para os legumes, como para as raízes e Tubérculos e frutas :

Consumo de frutas e legumes em Cabo Verde

Produto	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Total legumes, raízes e tubérculos	181,8	149,7	145,4	135,3	157,8	175,6
	136,4	104,3	100,3	94,2	104,2	119,0
Raízes e tubérculos	45,4	45,5	45,1	41,1	53,7	56,7
Frutas	31,2	32,0	32,6	32,5	41,0	42,0

O consumo do agregado familiar 2001, representa praticamente 50% do disponível para o consumo efectivo das pessoas. As perdas e desperdícios (colheita e pós-colheita) representam um dos factores desfavoráveis na fileira hortícola, contribuindo significativamente na redução da disponibilidade interna. O resto é constituído por perdas e outras utilizações. Não existe de momento, estudos neste domínio. Contudo, vários relatórios de consultoria indicam níveis de perdas que podem atingir 24 a 45% em toda a cadeia de valor e mais significativamente no segmento da comercialização.

Nível de consumo efectivo dos agregados familiares de frutas e legumes (Kg/pessoa/ano)

PERIODO	Total legumes, R&T	Legumes	R&T	Frutas
OUTUBRO 2001				
SETEMBRO 2002	40,5	21,2	19,4	8,1
DISPONIBILIDADE PER CAPITA	92,1	52,3	39,8	27,3
PARTE DO CONSUMO EFECTIVO DAS FAMÍLIAS NA DISPONIBILIDADE (%)	43,9	40,5	49	32

Baseado nos dados acima e pressupostos seguintes assume-se para 2012, que a parte do consumo efectivo dos agregados familiares na disponibilidade total é de 50% legumes, 50% frutas e 40% raízes e tubérculos;



Nível de consumo diário de frutas e legumes em 2012

Produto	Legumes	Raízes e tubérculos	Frutas	Total
Nível de consumo por pessoa/dia (g)	163	52	47	262
Consumo anual (kg/pessoa/ano)	59,5	19	17	95,6

O consumo anual de frutas e legumes (incluindo a importação) atinge 262 g/dia (seja 95,6 kg/pessoa/ano), que aproxima de $\frac{3}{4}$ (65,5%) da norma recomendação diária FAO/OMS (400 g/dia).

2.4 O consumo de frutas e legumes em Cabo Verde/Desafios e perspectivas para amentar o consumo

Dr.ª Alzerina Monteiro – Nutricionista – Ministério da Saúde

Os legumes e frutas são fundamentais para uma alimentação saudável e também o consumo deve ser estimulado diariamente dentro das porções recomendadas (5 porções diárias). Tem que falar da importância desses alimentos para a nossa alimentação, porque são fornecedores insubstituíveis de alguns minerais, tais como o potássio, o ferro, as vitaminas C e A, protectores de todos os órgãos e que possuem antioxidantes. Por possuir um alto valor nutricional, deve-se incentivar o consumo desses alimentos e de forma variada. O Ministério da Saúde é uma parte fundamental e dentro deste processo, tem o papel decisivo de reunir todos os sectores e também na formulação da política de incentivos da produção e para o consumo desses alimentos. O padrão de Cabo Verde é bastante alarmante, porque o consumo é de alimentos ricos em sal, gordura, açúcar e um baixo consumo de frutas e legumes. Temos problemas de dados estatísticos actuais. Trabalhando com os dados disponíveis, sabemos que existe um défice de consumo de frutas e legumes. As mudanças dos hábitos alimentares devem ser intensificadas para aumentar o consumo. Apresentou-se os dados do INDT 2007 que mostram que o consumo em Cabo Verde tanto para os homens como para as mulheres ainda está bem baixo da média, que está entre os 40 e 50% e mostra quantidade de porção que é consumida por dia que é de 3,5 a 4 porções diária em média.



Falou-se de desafios que são de promover acções nacionais e internacionais, com vista a aumentar o consumo desses alimentos; discutir quais as melhores estratégias criativas e inovadoras que possam possibilitar a análise desse tema nas escolas, no comércio, nos representantes dos locais de trabalho, onde se trabalha com a alimentação colectiva e promover a integração de todos os sectores da área da alimentação (MDR, Desenvolvimento Social, Saúde, Educação, Sociedade Civil, Sociedade Científica), chamar a atenção no desenvolvimento da pesquisa sobre a alimentação e nutrição focalizando no consumo destes alimentos; promover o consumo de frutas naturais e investir na forma de preparação das saladas variadas; procurar congelar os alimentos para que em épocas baixas, não dificultar a questão de abastecimento; promover o consumo de frutas e legumes nas instituições públicas e privadas, tais como nos estabelecimentos de saúde, nas escolas, apoio social, no local de trabalho. Quando se fala no consumo, deve-se falar na oferta.

Deve-se desenvolver campanhas massificadas junto da comunicação social em termos de promoção de saúde e consumo de 5 porções de legumes e frutas variados e disponibilizar a preços justos, porque o preço é um factor condicionante no poder de consumo destes alimentos; desenvolver cursos de capacitação com os utentes de saúde, pais e crianças para os benefícios do consumo de frutas e legumes e também para mostrar a melhor forma de preparar os alimentos, e achar soluções mais económicas. Nos minimercados, introduzir pacotes com frutas variadas, com preço mais económico. Os restaurantes precisam desenvolver menus com frutas e legumes nos cardápios, porque ainda são poucos os que promovem o consumo saudável; as intervenções em saúde pública precisam ser actualizadas, no sentido de resgatar a cultura de se cozinhar que foi deixado para trás; promover a sustentabilidade no sentido em que o consumo deve ser encarado como um tema estratégico e articulador de políticas. Deixou essa reflexão de que devemos focalizar as intervenções no aumento do consumo de frutas e legumes na faixa etária (crianças) e assim garantir que a alimentação seja saudável e que essas crianças sejam adultos saudáveis.

2.5 Contributo do sector hortofrutícola na melhoria da nutrição

Eng^a Nora Silva – Instituto de Investigação para o Desenvolvimento Agrário

O sector agrícola cabo-verdiano, apesar de não atingir auto-suficiência alimentar, foi e continua a ser de extrema importância para o país, permitindo a subsistência de um grande número de famílias. Por conseguinte, o desenvolvimento da agricultura é crucial para melhorar a produção agrícola, garantindo assim a segurança alimentar das famílias, a adequação da nutrição e da saúde. Não obstante a reduzida área irrigada, a agricultura de regadio é a vertente mais importante da produção agrícola nacional, com potencialidades para abastecer o mercado com os principais produtos hortofrutícolas. As intervenções da investigação aplicada no sector hortofrutícola, têm-se revelado vitais para sustentar o estado de nutrição e de saúde da sociedade em geral. Ao longo das duas últimas décadas, têm sido feitos progressos consideráveis, com ganhos visíveis no aumento da produtividade e na redução da



pobreza, traduzindo-se numa mudança gradual na estrutura do setor primário, que vem desempenhando um papel económico cada vez mais importante.

No que concerne os avanços feitos no sector hortofrutícola e a sua contribuição na nutrição, a produção hortícola nos anos antes da independência, era caracterizada por uma produção modesta, baseada em variedades locais e/ou pouco adaptadas às condições da época quente e húmida do país. Até finais de 1980, a Investigação Aplicada em horticultura baseava-se na introdução de cultivares de várias procedências e na verificação do seu comportamento sob as condições agro climáticas locais. A partir de 1990, a Investigação Aplicada passou a ter um papel preponderante no horto fruticultura. O sector conheceu um progresso acentuado nos anos 1990, traduzindo-se no aumento da produção e da disponibilidade anual de hortaliças, raízes e tubérculos e frutas, graças à inovação de cultivares, introdução e adequação de técnicas de micro irrigação e técnicas culturais, bem como na diversificação de produtos hortofrutícolas. Novos cultivares e a adequação de técnicas culturais viabilizaram a produção em épocas e áreas localizadas em regiões mais secas (micro irrigação e o desenvolvimento da horticultura pluvial semi-irrigado), resultando o aumento da área cultivada.

Várias acções de investigação aplicada para melhorar a disponibilidade de hortaliças e frutas foram feitas, na intenção de produzir mais e diversificar a produção, utilizando práticas agrícolas seguras, sendo a hortofruticultura considerada como um setor fundamental para a luta contra a pobreza e a consolidação da segurança alimentar e nutricional. A nutrição ainda está pouco presente nas políticas agrícolas, pelo que tem havido apelos renovados para uma maior integração entre as políticas destes dois sectores. A Investigação para o Desenvolvimento tem-se mostrado mais sensível à nutrição, com maior destaque para a diversificação da produção de hortaliças e frutas, visando o bem-estar da população, através do aumento da oferta de alimentos, com reflexo em menores preços e na qualidade da dieta alimentar.

Foram observados resultados que foram obtidos com o melhoramento genético, praticando novos cultivares, com características de precocidade, produtividade, tolerância a pragas e doenças e adaptação a diferentes condições agro ecológicas do país, com o objectivo de intensificar, diversificar e escalonar a produção ao longo do ano. Baseiam-se na selecção de variedades, tendo em conta a sua adaptação às condições de produção e às exigências do mercado. Responder às preocupações dos produtores. Adopção do sistema de cultivo protegido. O cultivo de hortaliças em estufas tem-se mostrado uma prática actual, sendo uma opção sustentável de se conseguir aumento de produtividade com mínima agressão ao meio ambiente.

No sector de fruticultura, a introdução de espécies e variedades com diferentes períodos de produção permite a produção por um período mais alargado. A fruticultura irrigada, vem proporcionando uma melhoria na dieta alimentar e vem promovendo um grande dinamismo na economia nacional.



No que concerne a situação da produção nacional na segurança alimentar, a mesma revela-se ainda insuficiente para fazer face as necessidades do consumo, pois Cabo Verde depende da ajuda alimentar e importa cerca de 80% de cereais e leguminosas, sendo as necessidades em proteínas, lípidos e vitaminas cobertas pelas produções nacionais (horticultura e pesca).

A dieta cabo-verdiana é desequilibrada, a base de carboidratos, sendo cereais como o principal fonte de energias de igual modo, temos o destaque para os produtos açucarados, que também são bastante consumidos e por conseguinte, as proteínas animais ou seja, peixe, frutas, legumes são menos consumidos, sendo este último que representa 1.2 porção do consumo, abaixo do consumo recomendado pela OMS.

O posicionamento da agricultura para uma melhoria nutricional baseia-se na educação nutricional como ferramenta de mudança de hábito alimentar; no incentivo à medidas integradas que incluem programas destinados à sensibilização e educação para hábitos alimentares mais saudáveis, prevenindo assim doenças (crónicas não transmissíveis). O Programa da FICASE “Cantinas Escolares” garante o acesso dos alunos do EBI à uma refeição equilibrada e diversificada, apoia e incentiva a organização dos produtores no abastecimento das Cantinas Escolares com frutas e hortaliças de origem local e promove hortos escolares para fins pedagógicos e abastecimento das cantinas.

2.6 Estudo Resíduos de pesticidas nos produtos alimentares

Eng.º Celestino Tavares – Ministério do Desenvolvimento Rural

A primeira legislação em matéria de pesticidas em Cabo Verde data de 1980, no decreto-lei nº 114/80 de 31 de Dezembro. Esta legislação misturava-se com todos os aspectos da quarentena vegetal e com os aspectos da gestão de pesticidas. Com essa lei, toda a importação e distribuição de pesticidas era do domínio exclusivo do Estado. Havia somente uma empresa pública que fazia a importação e a comercialização de pesticidas em Cabo Verde. Em 1997, publicou-se o decreto-lei nº 26/97 que é a legislação que está neste momento em vigor. Essa lei reserva exclusivamente as empresas privadas, o papel de importar e comercializar pesticidas. Actualmente, em Cabo Verde a importação e comercialização de pesticidas para o uso agrícola é uma actividade exclusiva dos privados. A lei também reserva a Direcção Geral da Agricultura, a responsabilidade de autorizar e fiscalizar a importação e comercialização de pesticidas. A lei prevê uma lista positiva que é a lista de pesticidas autorizados em Cabo Verde. O Ministério tem o papel de anualmente actualizar a lista positiva de pesticidas que podem ser utilizados em Cabo Verde. Uma empresa legalmente constituída que queira comercializar pesticidas tem que solicitar uma autorização prévia de importação à Direcção Geral da Agricultura que analisa o pedido e a lista positiva e autoriza ou não a importação. Por fim, o Ministério tem o dispositivo de inspecção nos pontos de entrada do país, com inspectores nos portos e aeroportos internacionais onde os pesticidas importados são inspeccionados e também tem um dispositivo de inspecção nas firmas que comercializam pesticidas. Em Cabo Verde, hoje só existem quatro firmas de forma



oficial que são autorizadas a importar e comercializar pesticidas. Vários trabalhos foram realizados em matéria de análise de resíduos de pesticidas em Cabo Verde, entre 1980 e 2012, com o apoio de diferentes parceiros entre outros a FAO.

Neste momento, um trabalho está ser feito pela ARFA em parceria com algumas instituições das ilhas da Macaronésia.

Aqui em Cabo Verde já não se utiliza mais o DDT, embora ainda é utilizado pela OMS em determinadas situações de controlo do vector de paludismo. Quando se utiliza de uma forma frequente, é normal encontrar resíduos de DDT nos alimentos e nos seres vivos que fazem parte do ecossistema.

Em 2012, trabalhos foram realizados pelo Ministério do Desenvolvimento Rural, com o apoio da FAO, que recrutou um consultor (o mesmo que fez o estudo em 1980) que esteve em Cabo Verde 3 vezes, trabalhou com uma equipa local constituída pelos membros do Ministério do Desenvolvimento Rural e pelos membros do Laboratório INPHARMA, em tudo o processo de recolha e preparação de amostras, que foram recolhidas nas ilhas de Santiago, Fogo, São Vicente e Santo Antão e enviadas para dois laboratórios em Alemanha. As amostras de plantas e animais e as amostras de solo foram enviadas para Inglaterra. Os produtos vegetais analisados foram: banana, feijões, repolho, mandioca, citrinos etc..

As conclusões dos resultados de amostras de 2012 demonstraram o seguinte: numa amostra de origem vegetal e três de origem animal foram encontrados resíduos de pesticidas superiores ao LMR da União Europeia.

A maioria das amostras, 33 dos 51 de origem vegetal não tinham nenhuns resíduos e 17 amostras continham concentração baixa de resíduos. Os produtos que foram analisados são a banana, feijões, mandioca, milho, e batata-doce. Na banana não é utilizada nenhum pesticida em Cabo Verde. Nos feijões de sequeiro também não é utilizado a não ser que esses estejam numa parcela que foi atacada pelos gafanhotos ou percevelho verde. Em regra geral, não é utilizado pesticidas em Cabo Verde. Na mandioca, a sua utilização depende de ilhas (Santo Antão para combater os mil pés). Não se utiliza também para o milho de sequeiro e idem para os feijões e papaia. Foram encontradas 23 substâncias de residuais de pesticidas sobre os produtos, porque infelizmente, em Cabo Verde existe uma introdução fraudulenta de pesticidas. Para além do sistema oficial que existe em Cabo Verde, existe pesticidas que não estão na lista, e que estão a ser comercializados. Comparando os resultados de 1980 a 2012, houve uma diminuição drástica do DDT concentrado, visto que o Ministério de saúde deixou de utilizá-lo.

As conclusões dos trabalhos de 2014 a 2015, confirmam as acções que estão a ser desenvolvidas pela ARFA como foi dito, em parceria com outras ilhas da Macaronésia. O objectivo é fazer uma avaliação genérica da segurança alimentar relativo aos resíduos de pesticidas encontrados tanto nos produtos nacionais como nos importados. Das amostras recolhidas em Cabo Verde, foram encontrados em



alguns produtos resíduos de pesticidas que fazem parte da lista positiva como também dos não autorizados em Cabo Verde

Esses resultados permitem tirar algumas conclusões que são de reforçar os serviços de inspecção nos pontos da entrada e nas empresas que comercializam pesticidas; mobilizar recursos para uma nova fase permitindo assim continuar o trabalho de análise dos resíduos; reforçar a sensibilização e capacitação dos produtores sobre a utilização correcta dos pesticidas sempre que possível, actualizar a lista de pesticidas com produtos biológicos selectivos entre outros; investigar e desenvolver métodos alternativos de controlo de pragas e doenças – responsabilidade que cabe ao Ministério do Desenvolvimento Rural, principalmente o INIDA.

2.7 Papel da Alimentação Escolar na Promoção do Consumo de frutas e legumes

Dr. João Semedo – Fundação Cabo-verdiana de Acção Social Escolar

Deu início a sua apresentação dando exemplo de uma política pública que pode servir muito bem de âncora para o tal aumento do consumo de frutas e legumes aqui em Cabo Verde.

Fez a contextualização histórica da alimentação escolar em Cabo Verde que foi desenvolvida na década de 70, em que o país era marcado por elevado índice de malnutrição, uma elevada taxa de analfabetismo que rondava os 73%, um alto índice de pobreza superior a 40%, e o elevado risco de segurança alimentar.

Foi neste contexto que se iniciou uma experiência piloto da alimentação na escola em Cabo Verde, mais concretamente na ilha de São Nicolau, cujo objectivo inicial era essencialmente educativo, para estimular e aumentar o acesso de meninas e rapazes no sistema de ensino. Para além de garantir o acesso, era preciso assegurar a permanência e reduzir o analfabetismo. Daí que foi estruturado um programa de assistência às cantinas escolares suportadas sobretudo pelo PAM. Este programa funcionava sem uma estruturação nutricional, onde predominava alimentos do grupo de carboidratos e dependia de doações. Com o tempo, sentiu-se a necessidade de reestruturar o serviço prestado pelas cantinas escolares e recentrou-se em alguns elementos. Primeiro colocou-se um assento na componente nutrição, começando a trabalhar nas questões de necessidades nutricionais das crianças, introduzindo os legumes e as frutas no menu escolar. Trabalhou-se no reforço da capacidade técnica dos actores que trabalham na materialização deste programa.

Um dos aspectos desse recentragem de abordagem passa pela introdução de frutas e legumes, daí a lógica de mudança de paradigma em termo conceptual, como em termo legal. Em termo conceptual, registamos em primeiro lugar a noção de alimentação escolar, para sair da logica de cantina escolar que consistia na prática de “matar a fome” e passamos para uma lógica de alimentação escolar que englobava outros componentes e outras áreas de intervenção, questão que tem a ver com a área nutricional. Essa mudança conceptual também é visto no trabalho que é feito em termos da educação alimentar e nutricional.



Um outro conceito que está a ser desenvolvido é a questão das compras locais (aquisição de frutas e legumes da produção nacional para abastecer as cantinas escolares). A nível legal também houve mudanças, recentemente Cabo Verde passou a ter uma Lei de alimentação e saúde escolar. Um dos aspectos importantes dessa lei é que 25% do orçamento destinado as cantinas escolares para a aquisição dos alimentos, deve ser canalizado para a aquisição de frutas e legumes da produção local. Assim foram desenvolvidas algumas experiências de introdução de frutas e legumes a nível da alimentação escolar, que começaram com a própria iniciativa da escola, que mobiliza recursos para adquirir alguns legumes para complementar o cabaz básico disponibilizado que é constituído essencialmente por produtos não perecíveis.

Existe também a iniciativa dos pais, encarregados de educação que apoiam as escolas com frutas e legumes e que contribuem no financiamento para esta aquisição a nível da escola. Uma outra iniciativa vem de alguns produtores que quando há excedente na sua produção, apoiam as escolas com esses produtos, mas é um sistema com algumas características não regulares (não acontece de forma sistemática) e não obedecem ao critério nutricional predefinido. Com o apoio do projecto “Apoio à Segurança Alimentar e nutricional nas escolas das Nações Unidas” e o apoio do Centro de Estudos rurais agrícola internacional da Espanha, está-se desenvolver experiências de aquisição de frutas e legumes, numa perspectiva mais contundente, comparativamente às iniciativas espontâneas das escolas. Está-se a fazer a compra oriunda da produção local para abastecer as cantinas escolares e uma outra experiência é conseguir frutas e legumes a partir do desenvolvimento de parcerias com sectores produtivas.

Neste contexto deu-se uma estrutura de abastecimento de forma sistemática e regular, respeitando os padrões nutricionais recomendados. Os menus escolares já são elaborados, com base nutricional segundo as orientações das Organizações internacionais, nomeadamente da FAO e OMS, mas também das necessidades das crianças e, também um aspecto importante respeitando os hábitos alimentares da criança. A nível financeiro, foram investidos cerca de 9.000.000 de escudos cabo-verdianos, para a aquisição de cerca de 45,5 toneladas de frutas e legumes da produção local. A nível nutricional, nota-se a diversificação do menu escolar, sobretudo com frutas e legumes, incrementando o processo da educação alimentar e nutricional para a mudança dos hábitos alimentares.

A nível da produção, foram desenvolvidas experiências que permitiram organizar os produtores, trabalhando na planificação, organização da produção, assim como na formalização da actividade dos mesmos, porque as compras fazem-se segundo a lei da aquisição pública e para se participar em concurso é preciso alguns critérios e requisitos e uma delas é a formalização das actividades. Desenvolveu-se formação aos produtores, técnicos do Ministério do Desenvolvimento Rural, inspectores que trabalham na verificação da qualidade e formalização dos processos. Há muitas oportunidades que a alimentação escolar pode proporcionar, porque constitui um factor impulsor de aumento e de melhoria da produção e dos seus processos, pode aumentar o consumo de frutas e legumes, consolidar a componente educação



alimentar e nutricional; contribuir para a redução da obesidade e de sobrepeso e outras DNT e melhorar os índices de consumo das frutas e legumes.

Por falar em desafios, há necessidade de trabalhar com os produtores no sentido que o trabalho seja feito dentro das normas e padrões de qualidade de segurança sanitária em toda a cadeia. Para a alimentação escolar, a introdução de frutas e legumes pressupõe um aumento de 20 a 25% do custo actual do programa nacional da alimentação escolar. A coordenação multisectorial é muito importante para um bom desenvolvimento nesse processo.

III. APRESENTAÇÕES DAS ILHAS

3.1 Ilha do Maio

Engº José Ramalho- Delegado do Ministério da Agricultura e Pescas

A ilha do Maio produz mais do que consome, porque o seu mercado é muito pequeno. Sendo assim, a mercadoria é enviada para a Cidade da Praia.

Produz-se cebola, tomate, pimentão, abóbora, batata-doce, batata inglesa, entre outros legumes, mas o grande destaque é a cebola.

Todos os anos, há uma média de 550 toneladas que são exportadas para a ilha de Santiago. Desses 550 toneladas de abóbora, 350 toneladas são cebola. O restante fica para batata-doce e batata comum.

Urge neste momento, mudar de paradigma, na recolha de subsídios para ver se pode-se aumentar o consumo de frutas e legumes na ilha do Maio. O consumo é baixo, devido ao preço que é muito elevado.

Recentemente, deslocaram-se à ilha do Maio, 10 especialistas para fazer a avaliação das doenças que mais incidem na população. Concluíram que as doenças que mais afectam a população é a hipertensão e diabetes, e os mesmos recomendaram, entre outras coisas, mais consumo de frutas e legumes, exercícios físicos entre outras actividades, também nas escolas. A refeição quente que é servido é basicamente a base de carboidratos (esparguete, cuscuz, arroz). Sendo este programa da FICASE, um programa piloto, que ainda não chegou a ilha do Maio.

O consumo da fruta é agora maior porque no sequeiro, quando chove, há muita produção de melão, melancia, que faz com que o consumo de frutas aumenta neste momento. Estão a introduzir na ilha do Maio, a produção de mangueiras de frutas citrinos e de goiabeira.

A estratégia do Ministério do Desenvolvimento Rural é aumentar a produção, mas por outro lado, terá que ver a estratégia para uma maior disponibilidade dos



produtos exclusivos dessa ilha, sabendo que o objectivo do produtor é lucro mas também, produzir para o consumo local.

3.2 Ilha de Santiago - Concelhos de Tarrafal e S. Miguel.

Dr.^a Eveline Tavares – Delegada do Ministério da Agricultura e Pescas do Tarrafal

Esses concelhos situam-se à norte da ilha de Santiago, com grande potencialidade para a produção de frutas e legumes, tendo em conta as suas características do solo, mas também a disponibilidade e qualidade da água que é utilizada para a agricultura. São concelhos, onde a agricultura tem um grande peso na economia local e na promoção de emprego. Há mais de 50% da população de São Miguel, trabalhando no sector da agricultura.

São concelhos de população total de 40000, logo uma grande potencialidade para o consumo. A actividade desenvolvida pelo Ministério do Desenvolvimento Rural tem tido um papel preponderante na promoção da produção, através de vários projectos tais como, a modernização e aumento de produção agrícola; Promoção de novas tecnologias agrícolas; Diversificação de culturas. São projectos que trabalham na reconversão das áreas de sequeiro para o regadio, através da mobilização de água, no apoio aos agricultores, com introdução de rega-gota-à-gota, introdução de novas espécies agrícolas e na promoção de fruticultura e capacitação dos agricultores, com vista a melhorarem as suas actividades agrícolas.

No concelho de Tarrafal, a produção é na maioria de produtos hortícolas. As frutas e legumes produzidos no concelho são maioritariamente, papaia, manga, banana, goiaba, melancia, melão, pinhão, abacate, limão, tomate, pimentão, pepino e alface. Existem outros produtos da cultura do sequeiro.

Apesar de não ter dados reais, somente estimados, no concelho de Tarrafal produz-se, por alto cerca de 22 toneladas de frutas e 220 toneladas de legumes.

Não têm dados relativamente ao consumo, mas a apreciação do consumo em termos de frutas, é maioritariamente nas famílias ligadas à produção em regadio e nas zonas urbanas do concelho.

Em São Miguel, a produção, ao contrário de Tarrafal, é predominantemente frutícolas ou seja, 90% de produção de São Miguel são frutícolas.

As frutas e legumes produzidos são essencialmente manga, papaia, pinhão, figo, banana, laranja, limão, goiaba, coco, tomate, pimentão e a estimativa da produção por alto é cerca de 280 toneladas de frutas, porque existe uma produção considerável de banana no concelho de São Miguel (70% da área agrícola de S. Miguel é destinada a produção de banana). Apesar de ter uma produção bastante significativa, principalmente nos concelhos, a maioria dos frutos e legumes são consumidos fora do



Concelho. No concelho de Tarrafal, a produção, principalmente de legumes em estufas, é destinada aos mercados turísticos (Sal e Boavista).

Em termo de consumo de frutas, a manga, banana e a papaia são consumidas maioritariamente seguidos por outras frutas que são importadas, como a maçã e a pêra, que são frutas mais acessíveis em termos de preço.

A predominância é tomate, pimentão e pepino. Como medida de promoção do consumo de frutas e legumes são realizadas feiras, não só para o consumo, como também para incentivar a exportação e venda desses mesmos produtos e a componente da transformação que é a melhor forma de apresentar às pessoas a produção local através da gastronomia.

Também, tem-se feito algumas palestras sobre a alimentação saudável em parceria com o Secretariado Nacional de Segurança Alimentar.

3.3 - Ilha do Fogo

Engº Elisangelo Moniz- Delegado do Ministério da Agricultura e Pescas

É uma ilha com cerca de 476 km² de superfície, de origem vulcânica. De acordo com o censo de 2010, com cerca de 37071 mil habitantes, sendo elas na maioria do meio rural.

A ilha do fogo, possui excelentes condições climáticas, que favorecem à produção de frutas e legumes tropicais, com realce à manga, laranja e papaia.

Consegue-se produzir frutas como uva, maçã, romã, marmelo, pêsego, caju, figos, etc. O que diferencia a ilha do Fogo das outras ilhas é a grande capacidade de produtividade por m², sobretudo na zona de Chã das Caldeiras.

O consumo de produtos hortícolas, na ilha é mais intenso nas famílias que praticam agricultura. A nível do consumo diário de bens alimentares, verifica-se um maior consumo nos agregados que praticam a cultura do regadio.

Com o aumento da mobilização de água, modernização do sistema de produção e a capacitação dos produtores, tem havido, um aumento na produção e na qualidade dos produtos agrícolas. Em períodos de boa sementeira, consegue-se fornecer a maior parte das variedades de produtos (frutas e legumes) chegando a ser superior ao que é necessário para o consumo. Verifica-se excedentes e mau aproveitamento desses produtos a nível da ilha e que é muitas vezes utilizado para alimentação dos animais.

Apesar de se notar algumas mudanças no hábito alimentar da população, são os mais tradicionais (idosos) que mais resistem à mudança.

O crescimento da população e a melhoria das condições de vida das populações exigirão uma disponibilidade crescente dos produtos hortícolas, pelo que é necessário



apostar cada vez mais em novas tecnologias para aumentar o potencial das produções.

Os recursos hídricos constituem uma das maiores limitações na produção de culturas hortofrutícolas na ilha, razão pela qual deve-se apostar numa política de aumento e massificação da produção agrícola.

Resumindo, os principais constrangimentos para o desenvolvimento das culturas hortofrutícola são: o elevado preço da água; a ausência de um sistema de crédito agrícola, a ausência de centros especializados na comercialização de fatores de produção como sementes, adubos, produtos fitossanitários e materiais de rega, e poucas alternativas no que diz respeito a transformação.

Apesar das mudanças observadas nos hábitos alimentares e na melhoria do consumo de frutas e legumes, o recomendado pela OMS está longe de ser atingido.

3.4 Ilha da Brava

Eng^o Lenine - Delegado do Ministério de agricultura e pescas

A ilha de Brava situa-se ao sul do arquipélago, com uma superfície de 64km². É a mais pequena das ilhas habitadas de Cabo Verde, representando cerca de 1,58% do território nacional. Segundo o censo de 2010, o número de habitantes eleva-se a 5.995 habitantes [2.974 homens (49,6%) e 3.021 mulheres (50,4%)].

A Brava é a 5^a ilha agrícola do país, com 20% das terras de sequeiro cultivadas por conta própria, 22% em regime de parceria, 14% por arrendamento e 45% por comodato (*exploração onde o agricultor cultiva a terra que não lhe pertence*), sendo esta última, uma forma semidireta de exploração e muito importante na ilha.

A ilha da Brava tem vocação agrícola, com grandes potencialidades para o desenvolvimento do sector, mas com alguns problemas ligados às questões fundiárias que impedem o desenvolvimento desse sector.

As frutas importadas na ilha são maçã vermelho, maçã amarela, laranja, pêra, kiwi, uva de mesa, abacaxi/ananás. No recorrido às principais casas comerciais do Concelho (total de 6 mini mercados), ficamos a saber que cada uma importa da Cidade da Praia, semanalmente, entre 200 a 350 kg de frutas, sendo que maior quantidade são as maçãs e a laranja. Os pequenos comércio e as vendedeiras ambulantes também vendem essas frutas, mas em menor quantidade.

As frutas e legumes produzidos na ilha são designadamente os seguintes: banana, manga, papaia, abacate, mamão, coco, melancia, tambarina, goiaba, azedinha/groselha, morango, maracujá, e moni. A produção e o consumo são altamente positivos na ilha da Brava, mas há um défice durante épocas das chuvas (Agosto-Novembro). Quando a produção é baixa é porque normalmente, os



agricultores não cultivam ou cultivam em baixa quantidade. Nas outras épocas quando há produção, os agricultores enviam os seus produtos para a ilha do Fogo e para a cidade da Praia.

3.5 Ilha de Santo Antão

Engº Oswaldo Mauricio - Delegado do Ministério da Agricultura e Pescas

A ilha de Santo Antão que se situa à noroeste do arquipélago, é extremamente montanhosa, com grandes potencialidades hídricas bem aproveitadas na agricultura. O clima é muito variável, há situação de aridez mas também situação amena, um pouco devido a localização, exposição geográfica e também um factor importante que é a altitude que varia dos 0 metro à 1979 metros. Em termos de potencialidade, possui uma área de 1470 ha na sua globalidade (rega tradicional por alagamento), sendo 700 ha em Ribeira Grande, 400 ha no concelho de Paúl, 360 ha no concelho de Porto Novo.

Em termos de modernização, respondendo às políticas actuais de mobilização de água, vêm surgindo na ilha novos perímetros que utilizam as tecnologias modernas de irrigação localizada.

O Concelho de Ribeira Grande já possui 52 ha de área instalada com sistema de rega gota-à-gota, beneficiando cerca de 351 famílias, desenvolvendo o auto-emprego, e lutando contra a pobreza. No concelho de Paúl, já estão instalados cerca de 12 ha de terreno de regadio, beneficiando cerca de 81 famílias, e no concelho de Porto Novo, 45 ha que beneficiam cerca de 300 famílias.

A colheita tem sido acompanhada no sentido de apoiar às famílias mais carenciadas na busca de auto-sustento. Santo Antão produz todos os tipos de frutas, de frisar todo o sistema de modernização, com destaque para o trabalho do Instituto Nacional de Investigação e Desenvolvimento Agrária (INIDA), para a melhoria das variedades de frutas e legumes, que têm tido grandes resultados.

Neste momento, o Ministério do Desenvolvimento Rural produz plantas fruteiras para a venda e apoia também na produção de tomates. As duas frutas mais produzidas na ilha de Santo Antão são banana e papaia.

A população de Santo Antão consome grandes quantidades de legumes. Já em termos de hortícolas consome pequenas quantidades.

Existem zonas com grandes produções de repolho destinadas à venda e não para o consumo das famílias. O excedente da produção é utilizado na alimentação dos animais.



Santo Antão foi vítima de algumas pragas e doenças que afectaram gravemente a produção, principalmente as fruteiras. Esteve sujeito a quarentena durante vários anos. Felizmente, há cerca de 2 anos, foi construído no Porto Novo, o Centro de inspecção e embalagem de produtos agrícolas da ilha, que vem dando um contributo enorme para que os produtores possam aumentar a sua produção e permite também o escoamento do excedente para outras ilhas do arquipélago. Também tem o Centro de formação e de transformação que permite o melhor aproveitamento dos produtos.

Foi realizado um pequeno estudo num horizonte de 1228 alunos nas escolas de Ribeira Grande e Paúl onde se verificou em média, em termos de produção de legumes, um consumo de cerca de 197g, menos da metade daquilo que é aconselhada pela OMS, e em termos de frutas, um consumo de 151g/aluno. As escolas que beneficiam do programa da FICASE (2014), são as escolas com melhores índices de consumo de legumes e frutas.

3.6 Ilha de São Vicente

Representante da delegação do Ministério da agricultura e pescas

A Ilha de São Vicente faz parte do grupo de Barlavento, compreende uma superfície de 227 km², com uma população de 76.140 habitantes, na sua maioria vivendo na cidade do Mindelo.

Não sendo uma ilha propriamente agrícola, São Vicente possui uma superfície agrícola útil estimada em 450 ha, com um potencial para regadio de 250 ha, dos quais cerca de 90 ha são cultivados, sendo a maior parte das terras irrigadas localizadas ao longo da Ribeira de Calhau e Ribeira de Vinha.

Com este número de população, é uma ilha com grandes potencialidades de consumo.

O grande constrangimento é a fraca disponibilidade de água, quer em termos de qualidade, quer em termos de quantidade, o que limita grandemente a produção. O factor vento dificulta também fortemente a cultura de fruteiras.

As hortícolas produzidas em São Vicente são na maioria a batata-doce, batata comum, beterraba e as folhosas, como couve, alface, cebola verde, coentro e salsa.

Em termos de frutas, São Vicente produz tamareira, tamarindeiro, banana e papaia (proveniente de Santo Antão). Actualmente, estão a incentivar os produtores a produzir o limoeiro, araçã, pinha, coqueiro e goiabeira.



Importação de hortícolas 2014

Culturas	Quantidade (Ton)
Batata comum	1.914
Cebola	800
Cenoura	70
Tomate	60
Pimentão	40
Couve	13
Outras hortícolas (abobrinha, pepino,	15

Importação de frutas 2014

Culturas	Quantidade (Ton)
Frutas	1.300
Maçã	426
Laranja	296
Pera	188

A disponibilidade não significa o consumo. Os produtos que entram em São Vicente são depois distribuídos para Santo Antão, São Nicolau e Sal.

São Vicente tem um fraco poder de compra. O programa da FICASE, deu um grande impulso na ilha com o programa nacional das cantinas. Os agricultores fornecem os produtos locais, com exceção das frutas banana e papaia que vêm de Santo Antão.

São Vicente tem um centro de transformação de produtos que é explorado por mulheres da Ribeira de Calhau. Embora com poucos excedentes, fazem doces, pasta de cenoura e de beringela e utilizam também produtos que compram em Santo Antão e outras ilhas.

3.7 Ilha de São Nicolau

Representante da Delegação do Ministério da agricultura e pescas

A ilha de São Nicolau fica situado no Barlavento e tem uma população de mais ou menos 14000 mil habitantes e uma área de 346 km².



As frutas mais produzidas na ilha de São Nicolau são banana, papaia, morango, manga, goiaba, groselha, araçã e melancia e são consumidas localmente. A maioria da produção destina-se ao mercado turístico da ilha do Sal. Só em 2014, foram enviadas mais de 50 toneladas de melancia, de um único produtor.

O tomate e o pimentão, que têm a sua grande produção em estufas, estimam-se em média de 300 ton/ano, que são destinados ao mercado hoteleiro da ilha do Sal.

Nesse momento, há uma baixa na produção, tanto de frutas como de legumes, devido a passagem do furacão Fred. Neste momento estão no estado de recuperação dos perímetros afectados.

3.8 Ilha de Boa Vista

Engº João Alves - Delegado do Ministério da agricultura e pescas

A ilha de Boa Vista é do grupo do Barlavento, e é situada mais a leste. Sua superfície é de 620 km². Segundo o Censo de 2010, a população é de 9.162 habitantes e a maior povoação da ilha é a vila de Sal Rei, com cerca de 2500 habitantes. A ilha de Boa Vista é a terceira maior ilha de Cabo Verde, não tem tradição agrícola, mas sim pecuária.

Os dados estimativos da produção, registados em 91 agricultores, apresentam o seguinte: Existência de 24 estufas, mas com a passagem do furacão Fred somente 1/3 dessas estufas estão a funcionar, e pertencem a agricultores e empresas agrícolas privados. O Estado de Cabo Verde, através do projecto de estufa crioula e outros projectos anteriores, tem construído algumas estufas para incentivar esse tipo de cultura.

Não existem dados referentes as quantidades importadas, porque os produtos que chegam ao cais não são pesados (deve-se fazer este trabalho, para saber qual é a quantidade de produtos que entra na ilha, vindo de outras ilhas). Deve-se também incentivar o hábito de pesagem da produção em todos os agricultores locais.

IV. TRABALHOS DE GRUPOS

Para o desenvolvimento do trabalho de grupo, os participantes foram distribuídos por 2 grupos diferentes.

A seguir são apresentados os resumos dos principais pontos discutidos durante a Atelier, pelos dois grupos.



4.1 Conclusões do Grupo - Ambiente político e Estratégias

Foram apresentadas as principais barreiras e fraquezas encontradas tais como: a questão dos hábitos alimentares; o preço dos produtos que muitas vezes acaba por dificultar o acesso aos produtos de fruticultura; a falta de dados estatísticos; o transporte inter-ilhas; o fraco nível de conhecimento dos agricultores; a disponibilidade e qualidade da água; o fraco nível de conhecimento do valor nutricional dos alimentos; a falta de normas de legislação dos produtos e os problemas de Saúde (desenvolvimento de DCNT).

O Quadro legal a nível do país é subdividido por sectores:

- **MDR:** DECRP III, PEDA, PNIA, PESAN
- **MS:** DECRP III, PNDS, PNAN
- **MED:** DECRP III, PNAE (com este programa, o Ministério da Educação faz um trabalho na melhoria da qualidade de vida dos alunos e consequentemente da população).

No que concerne *as estratégias institucionais*: há necessidades de implementar taxas nos produtos considerados não saudáveis, nomeadamente os doces, salgados, produtos industrializados, assim como já se faz a nível dos produtos como o álcool e tabaco; aumentar a divulgação e comunicação em termos de informações produzidas e em termos de trabalhos realizados em diversos sectores, para uma melhor tomada de decisões; promover a educação nutricional, na perspectiva de prevenir as tais doenças crónicas não transmissíveis; proporcionar um financiamento aos agricultores (crédito seguro e microfinanças) como por exemplo o caso de estufas crioula de Boa Vista); promover mais estudos com base na recolha e partilha de dados contínuos - caso do MDR, MS, MED, com produção de muitos dados que são engavetados e não são socializados com os demais actores da sociedade civil; ter um seguro para eventuais perdas agrícolas; harmonizar o preço da água e dos factores de produção (insumos); e por fim rever a legislação fundiária.

Relativamente à *disponibilidade*: promover uma estratégia de consumo local como no caso das compras locais da FICASE, através do programa nacional de alimentação escolar nas escolas; reduzir perdas e desperdícios para que haja um aproveitamento integrado desses alimentos ao longo de toda a cadeia de valor; incentivar a utilização de tecnologias para o acesso à água, sementes melhoradas, uso de pesticidas orgânicas entre outros tipos de tecnologias que podem ser adaptadas à questão da produção.; e também a diversificação de produção e enriquecimento dos produtos (Betacaroteno em alguns produtos, como cenoura, a batata-doce).

Em materia de *acessibilidade*, põe-se a questão da volatilidade dos preços dos produtos que é um aspecto a ter em consideração; a questão das estratégias para melhorar a distribuição dos produtos inter-ilhas; a legislação de rotulagem dos



produtos, porque a maior parte dos produtos que são produzidos localmente não tem muitas informações para que o consumidor final possa saber o que ele está a consumir (implementação de rótulos a cores onde uma cor poderia ser mais saudável e outra mais consumido, como uma das alternativas); e reforçar a capacidade de fiscalização e inspecção dos produtos. Esse é um ponto fundamental que deve-se ter uma atenção especial.

Se se quer uma mudança de comportamento e que haja uma massificação do consumo de frutas e legumes a nível nacional, com impacto significativo no bem-estar da população, existem alguns pressupostos importantes que devem ser observados, nomeadamente, a necessidade de haver uma coordenação inter-sectorial, entre todos os sectores.

4.2 Conclusão do Grupo – Desafios do aumento da produção e consumo de frutas e legumes

Os principais constrangimentos no aumento da produção e disponibilidade local são: o fornecimento para mercados externos (à procura do melhor preço); a situação geográfica do país no que concerne os meios de transportes; o acondicionamento precário dos produtos no transporte; a falta de planificação e articulação de produção entre os agricultores (todos produzem o mesmo); a baixa técnica de embalagem; a variabilidade de preço entre os diferentes mercados; a inexistência de associação ou organização de agricultores em função de grande procura; a sazonalidade de produção /variação de preço; a resistência à mudança perante novas tecnologias; hábitos alimentares por causa da cultura; a fraca exploração do mercado interno; a falta de certificação dos produtos; a pouca consciencialização quanto aos benefícios das frutas e legumes na saúde; a dificuldade no acesso às sementes de qualidade (custo alto); a existência de algumas zonas de produção encravadas; a educação para a saúde (sensibilização quanto ao valor nutritivo das frutas e legumes).

Como forma de ultrapassar esses constrangimentos, há necessidade de regularizar o transporte; melhorar o sistema de frio; capacitar os agricultores sobre o pós colheita e transformação dos excedentes; facilitar o acesso à linha de crédito; definir políticas de funcionamento efetivo e regular dos mercados municipais; desenvolver programas de educação e de alimentação escolar (prática de compras locais); proporcionar equipamentos de transformação de alimentos ou o reaproveitamento dos excedentes; realizar estudos referentes aos hábitos alimentares – família; adquirir variedades melhoradas, evitando aplicação de fertilizantes e pesticidas; melhorar as vias de acessos às zonas agrícolas; e para finalizar promover feiras agrícolas.

Os papéis dos potenciais projectos agrícolas para a produção especializada de frutas e legumes passam pela requalificação de bacias hidrográficas, favorecendo maior quantidade de água para produção; desenvolvimento de programas de micro-horta nas zonas urbanas e peri-urbanas; fomento ao programa – FICASE, compras locais (melhoramento de produção e consumo);



projeto de construção de centro pós-colheita; projeto de construção de barragens; projeto de investigação a nível de hortofruticultura; e acompanhamento técnico por parte do INIDA.

As áreas que podem ser trabalhadas nas diferentes ilhas são por exemplo para o caso de São Nicolau, a parte da sensibilização quanto à diversificação da produção; para São Vicente, melhorar a qualidade das águas residuais, facilitar o acesso à linha de crédito, continuidade de compras locais – FICASE, e o desenvolvimento de parcerias; para Brava desenvolver um projeto de cultivo de fruteiras e micro-horta a nível familiar; para Maio, diversificar a produção local; no caso de Boa Vista, investir na produção em estufas, cultivo de fruteiras (coqueiros e tamareiras); Em Santa Cruz, diversificar a produção e via de acesso; No Tarrafal, reutilizar as águas tratadas e criação do centro pós-colheita a nível de Santiago, e sensibilizar para o consumo de produto local; para Santo Antão, promover programas de sensibilização, através da mídia, associação, escolas, feiras, etc), melhorar o acesso e continuar a prática das compras locais.

Do ponto de vista geral, todas as ilhas devem criar sinergias entre várias entidades na sensibilização com um trabalho multisectorial; e contratar nutricionista e assistente social em diferentes instituições (MED, MS, MDR).

Em conclusão, nota-se uma resistência dos consumidores na mudança dos hábitos alimentares; falta de organização e planificação entre os produtores na produção de frutas e legumes; grandes perdas na pós-colheita; necessidade de se investir na cadeia produtiva; investigação real do consumo de frutas e legumes e identificação do grupo de risco; reforço da sensibilização da população em geral, tendo como foco a escola e meios de comunicação social (meio rural); contratação de profissionais especializados (nutricionista e assistente social); e conhecer os determinantes de consumo de frutas e legumes.

V. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

5.1 Conclusões

De acordo com as informações disponíveis da OMS, as Doenças Não Transmissíveis estão a aumentar e as deficiências em vitamina A e ferro são ainda uma preocupação para as crianças de menos de 5 anos, bem como nas mulheres grávidas. Baseado em FAOSTAT, o abastecimento de frutas e legumes em Cabo Verde está acima da exigência mínima de 400g/dia/pessoa. No entanto, um estudo recente realizado pelo Ministério da Saúde indica que o consumo de frutas e vegetais é bem abaixo do valor mínimo recomendado.

O baixo consumo de frutas e legumes é um fator de risco para as Doenças Não Transmissíveis, como diabetes e doenças cardiovasculares, e também para problemas de saúde relacionados com a deficiência de micronutrientes. Dados



específicos e precisos de localização sobre a produção, o consumo e a disponibilidade de frutas e legumes são fracos.

A segurança alimentar em relação às frutas e legumes também é uma preocupação. Um estudo realizado em 2012 pela Agência Reguladora de Produtos Farmacêuticos e Alimentares (ARFA) revelou que havia resíduos de pesticidas encontrados em várias frutas e legumes em mercados produzidos localmente. Os produtos importados tinham também resíduos de pesticidas, e um sistema de monitoramento precisa ser fortalecida. Os agricultores precisam ser mais bem capacitados sobre o uso de produtos químicos. Atualmente, esta é a responsabilidade das empresas importadoras de produtos químicos para informar os produtores sobre como e quando usar os pesticidas, mas o treinamento adequado deve ser feito com os agricultores. É necessário também um melhor controle da importação ilegal de produtos químicos.

Os principais constrangimentos identificados no abastecimento e consumo de frutas e legumes foram os seguintes:

Para os produtores: O acesso limitado e disponibilidade de água para os agricultores; o acesso limitado à terra pelos pequenos produtores; o alto custo de insumos e a falta de acesso ao crédito por parte dos agricultores; o acesso limitado a tecnologias melhoradas; a capacidade limitada para processamento; a perda pós-colheita é alta devido à falta de embalagem adequada ou cadeia de frio.

Para os consumidores: o baixo poder de compra e acesso limitado a frutas e produtos hortícolas; a falta de conhecimento sobre o valor nutricional de frutas e legumes, e seu impacto na saúde; o conhecimento limitado sobre como preparar e consumir certos produtos hortícolas; e é necessário a mudança de comportamento para o aumento do consumo.

Em geral, há um problema de transporte entre as ilhas para um intercâmbio eficaz de produtos e acesso ao mercado. Cada ilha tem as suas próprias características, portanto, com os seus próprios tipos de produção de frutas e legumes. Mas, devido à dificuldade de transporte entre as ilhas, muitas vezes as pessoas não têm acesso aos produtos das outras ilhas do país.

O custo da energia também é um problema para os agricultores. As bombas elétricas são usadas para o bombeamento de água em muitos casos, e os agricultores pagam o mesmo preço que os consumidores em geral. Isto resulta no elevado custo dos produtos.

Há uma lacuna nos dados disponíveis em matéria de consumo. Algumas pesquisas domiciliares estão em andamento, no entanto, há uma necessidade de melhor documentar a produção e consumo de frutas e legumes. Há uma necessidade de envolver o Instituto Nacional de Estatística (INE) e o Serviço de estatísticas do Ministério do Desenvolvimento Rural.



Verificou-se que existem várias leis, políticas e programas que lidam com elementos relacionados com a importância das frutas e produtos hortícolas e do consumo para a saúde, mas alguns não estão conectados neste contexto mais amplo, e algumas legislações não são implementadas.

No entanto, os esforços reforçados e uma maior integração das atividades entre as partes interessadas da horticultura, nutrição, saúde e educação é considerada essencial para a promoção efectiva das Frutas e Legumes para a saúde, particularmente em uma abordagem multi-sectorial.

As ONGs, sociedade civil, organizações religiosas e as organizações de consumidores podem desempenhar um papel fundamental entre as partes interessadas para aumentar a sensibilização e facilitar programas para melhorar a disponibilidade e consumo de frutas e legumes, e deve ser contratado através de mecanismos de consulta inclusive. O Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional pode desempenhar esse papel.

O Atelier reconheceu a importância de dar um passo a frente no que concerne a advocacia, informação e educação da comunidade na mudança de mentalidades, a fim de aumentar o apelo do consumo de frutas e legumes, como uma escolha de dieta saudável. Esforços estão sendo feitos através do programa de alimentação escolar e a incorporação de educação nutricional e hortas escolares para fins pedagógicos. A participação da comunidade também é fundamental para um programa de educação nutricional bem sucedida.

A segurança alimentar da produção de frutas e legumes é muito importante e deve ser abordada através de abordagens integradas do campo à mesa, ao mesmo tempo que promove o aumento da disponibilidade e do consumo. Isso exigiria definição de padrões, controle de conformidade e também educação para que os produtores e os consumidores vão ganhando uma compreensão clara sobre o que é bom e seguro para comer.

A ênfase deve ser dada para incentivar o reforço das capacidades através da formação dos agricultores sobre as boas práticas agrícolas (BPA), incluindo a gestão integrada de pragas (IPM), para a sustentabilidade e segurança alimentar ao longo da cadeia de valor. Abordagens úteis incluem as escolas de campo para agricultores, formação baseado na demonstração e o uso da troca de experiência entre agricultores.

Deve haver uma maior utilização da biodiversidade disponível habilitado pela pesquisa, capacitação e seleção de locais e programas de melhoramento.

Mais trabalho precisa ser feito para promover o conhecimento sobre a preparação de alimentos e os benefícios de frutas e legumes para a saúde local, tradicional e indígena.

É importante abordar os preconceitos contra o consumo de legumes e frutas e também para assegurar que os homens são o alvo de campanhas de promoção de frutas e legumes juntamente com as mulheres e crianças.

É importante integrar-se e agregar valor aos programas existentes, geridas para a agricultura, saúde e educação, especialmente aqueles focados em prevenção de DNT e a melhoria da eficiência da cadeia de abastecimento de frutas e legumes.



É necessário um mecanismo de coordenação intersectorial para fomentar o intercâmbio de informações e o seguimento e avaliação da produção e do consumo de frutas e legumes. O mecanismo estabelecido pode informar cada instituição sobre as lacunas nas políticas com relação à produção de frutas e legumes, distribuição e consumo, e seu ambiente favorável.

5.2 Recomendações

Mensagens-chave para os decisores políticos

Aumentar a produção, o acesso e a disponibilidade de frutas e legumes por meio de uma maior produtividade; a melhoria das práticas de pós-colheita (o desenvolvimento da cadeia de frio, processamento, etc) para reduzir a perda e o desperdício. Melhorar as estatísticas sobre a produção e o consumo de frutas e legumes.

Priorizar a educação nutricional, realçando a importância de frutas e legumes para a segurança alimentar e saúde (DNT); envolver diversos actores, tais como instituições religiosas e ONGs; incorporar a promoção de frutas e produtos hortícolas no currículo escolar; desenvolver campanha de comunicação para atingir o público-alvo.

Promover a cooperação internacional entre os países CPLPs (e outros) sobre o intercâmbio de informações; o reforço das capacidades; a tecnologia; e o comércio (incentivos fiscais)

As prioridades nacionais em Cabo Verde

Em Cabo Verde, urge resolver o problema de acesso à água, que necessita de implementar ou dimensionar tecnologias alternativas adequadas: por exemplo: a dessalinização, reciclagem de águas residuais, gestão de bacias hidrográficas, as novas tecnologias de irrigação adequados, etc.; e desenvolver atividades de extensão para difundir as tecnologias adequadas.

No que concerne o acesso à energia, deve-se implementar ou adaptar novas tecnologias para uma fonte de energia alternativa; é necessário melhorar a conexão entre as ilhas com um transporte mais regular e apropriado; deve-se sempre promover uma campanha de comunicação sobre os valores nutricionais das frutas e legumes e seu consumo; dimensionar iniciativas e programas existentes, como por exemplo o Programa de Alimentação Escolar.



ANEXOS

1. Lista de Participantes

Nº	NOME	FUNÇÃO/INSTITUIÇÃO
1	Anildo Eudes Monteiro	Delegado MED São Vicente
2	Maria Alcinda Sousa	Delegada MED Ribeira Grande
3	Antonio Mendes Antunes	Delegado MED Mosteiros
5	Elida Mendes Mosso	Delegada MED Boavista
6	Tito Livio Gomes	Delegado MED Tarrafal de São Nicolau
7	José Francisco Louro	Delegado MED Santa Catarina/ Fogo
8	Rufino Santos Evora	Delegado MED de Porto Novo/Santo Antão
9	Dionisio Firmino	Delegação MED/Rbrava/Snicolau
10	Saturnino Nascimento Baptista	Delegação do MED Paúl
11	Luis Nunes de Pina	Delegado MED São Filipe – Fogo
12	Adalberto Teixeira Varela	Delegação MED Santa Catarina de Santiago
13	Oswaldo Pedro Mauricio	Delegado MDR RG Santo Antão
14	José Roberto Ramalho Varela	Delegado MDR Maio
15	Jose Lenine Carvalho	Delegado MDR Brava
16	Elisangelo Moniz Furtado	Delegado MDR Fogo
17	Daniel Xavier da Luz	Delegado MDR Porto Novo
18	Lucilena Iolanda da Graça Soares	Representante Delegação MDR São Nicolau/Socióloga
19	Alcidia Rodrigues Lopes	Representante Delegação MDR São Vicente
21	Jose Antonio Fernandes Semedo	Delegado MDR RG SANTIAGO



22	Larissa Varela	Delegada MDR Santa Cruz
23	Idana Furtado	Delegado MDR Sta Catarina
24	Eveline Ramos	Delegado MDR Tarrafal
25	Joao Guilherme da Silva	Delegado MDR Boavista
26	Conceição Moreno	Delegado MDR São Domingos/Praia
27	Milene Lima Delgado	Nutricionista Delegacia de Saúde de São Vicente (CS Reproductiva de Bela Vista)
28	Darlene Rocha	Nutricionista Delegacia de Saúde do Porto Novo
29	Aurea Fernandes	Nutricionista Hopital Regional de Santiago Norte
30	Jossélia Borges	Nutricionista Delegacia de Saúde da Praia
31	Sara Lima Lopes	Delegação MS Ribeira Grande Santo Antão
32	Heidy Brazao	Delegação MS de Paul/Sto Antão
33	Dulcinea Rodrigues Trigueiros	Programa Nacional de Nutrição - PRAIA
34	Alzerina Monteiro	Programa Nacional de Nutrição - PRAIA
35	Tereza Morais	Programa Nacional de Saude para as Escolas pomotoras de Saúde
36	Maria da Luz Lima	Direcção Nacional do Centro Saúde -PRAIA
37	Delisa Martins	Nutricionista Hospital Dr. Agostinho Neto
38	Nora Silva	Responsável Campo Exp. São Domingos/INIDA
39	Regla Hernandez	Chefe Departamento agricultura/ INIDA
40	Paula Levy	INIDA –Dep Proteção Vegetal /INIDA São Domingos
41	Bruno Telemans	AGPM-FAO-Roma



42	Taguchi, Makiko	Agricultural Officer-AGPM-FAO-Roma
43	Kim Minwook	Agricultural Officer-AGPM-FAO-Roma
44	Tristan Nondah	Agricultural Officer-AGPM-FAO-Roma
44	Vesna Jovic	OMS ponto focal comunicação social
45	Iolanda Estrela	Program Officer OMS -Em Representação da OMS
46	Vala Mohamed Rafik Hassan Ismael	Director Nacional dos Serviços Agrários- Moçambique
47	Maria Mangue Mezeme Maye	Directora Nacional de Nutrição-Guiné Equatorial
49	Baltasar Monsuy Ondo	Expert de CPAC-CEMAC - Guine Equatorial
50	Solito Cunha Lisboa Neto	Director Departamento Apoio ao Desenvolvimento Agrícola/MDR-Sao Tomé
51	Nelma Carvalho	Nutricionista–Departamento de Nutrição Ministério da Saude - Sao Tomé
53	Denila Lopes	Enfermeira - Em Representação da Delegacia de Saude de São Nicolau
54	Helena Uangra	Enfermeira Representante Delegacia de Saude de Mosteiros/S Filipe/Fogo
55	Amandio Semedo de Brito	Delegado MED da Brava
56	Joao da Luz Sanches Semedo	FICASE/MED/Praia
57	Felismina Moreno	MED-Praia
58	João Tavares	Delegado MED São Miguel
59	Paulo Almeida	INSP
60	Ulisses Duarte	Delegado MED –Maio
61	Dulce Borges	DGADR/MDR
62	Ana Paula Spencer	FAO



63	Nadine Horta	DGADR/MDR
64	Joaquim da ConceiçãoBorges	Delegado MED São Domingos
65	Antonio Palazuelos	FAO
66	Antonio Andrade	Delegado MDR Santa Cruz
67	Catarina da Veiga	Instituto Nacional de Saude Publica-INSP
68	Maria de Jesus Lima	Plataforma das ONG's de Cabo Verde
69	Domingas Lopes Gonçalves	MDR
70	Suzete Pires Almeida	MDR
71	Maria José Rocha	GM MDR
72	Carla Tavares	DGADR/MDR
73	Eneida Rodrigues	FAO
74	Jaquelino Varela	MAHOT
75	José dos Reis Lopes Varela Delgado	Delegado MED Tarrafal
76	Virgilio Lopes Semedo	Delegado MED Santa Cruz
77	António Tavares Andrade	Representante MDR Santa Cruz
78	Marie Isabelle M. Rocha	FAO

2. Link das Fotos do Atelier

<https://goo.gl/photos/PFFXRheWPrWjnLjM7>

